
Pensando e repensando o documento

Alexandre Carlos Gugliotta

Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

alex.alexgugliotta@gmail.com

Resumo: Apresenta as diversas visões de diferentes autores em torno do documento como objeto de pesquisa no campo da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação. Partindo de uma revisão de literatura, procura apresentar como as teorias em torno do conceito de documento pensadas por Paul Otlet, Suzanne e Briet Frohmann serviram de base comum para a composição de inúmeros trabalhos que pensaram o valor do documento para o campo da informação, o que vem gerando enriquecedores debates. Conclui afirmando que as discussões em torno das ideias destes três grandes teóricos merecem ser unificadas com o intuito de responder a novas problemáticas voltadas para questões que pensam os desafios profissionais dos campos de saberes que lidam com a informação.

Palavras-chave: Bernd Frohmann; Ciência da Informação; Documentação; Paul Otlet; Suzanne Briet.

Thinking and rethinking the document

Abstract: This article presents the author's different views on document as object of research in the field of Library, Document, and Information Science. Based on literature review, this paper discusses how document theory proposed by Paul Otlet, Suzanne Briet Frohmann served as a common basis for numerous papers on the value of documents in the field of information, which has been generating productive debates. It concludes by stating that the discussions around the ideas of these three major theorists deserve to be unified in order to address new problems related to professional challenges of the fields information scholarship.

Keywords: Bernd Frohmann; Documentation; Information Science; Paul Otlet; Suzanne Briet.

ARTIGOS

Pensar y repensar el documento

Resumen: Presenta los distintos puntos de vista de diferentes autores de todo el documento como sujeto de investigación en el campo de la Biblioteconomía, Documentación y Ciencia de la Información. Sobre la base de una revisión de la literatura, el presente trabajo pretende dar a conocer cómo las teorías en torno al concepto del documento pensado por Paul Otlet, Suzanne y Briet Frohmann sirvieron de base común para la composición de numerosos trabajos que pensaron en el valor del documento para el campo de la información, que ha sido la generación de debates enriquecedoras. Concluye afirmando que las discusiones sobre las ideas de estos tres grandes teóricos merecen ser unificadas para responder a nuevos problemas dirigidos a cuestiones que reflejan los intereses profesionales de los campos del conocimiento que tratan de la información.

Palabras-clave: Bernd Frohmann; Ciencias de la Información; Documentación; Paul Otlet; Suzanne Briet.

1 Introdução

Ao longo dos tempos, o conceito de documento para área da Documentação e da Ciência da Informação foi ganhando novos contornos por meio de reflexões teóricas que ajudaram a definir a sua natureza e a maneira de se olhar para um instrumento de grande importância para construção do campo de conhecimento dos profissionais da informação. O presente artigo procura demonstrar que três teóricos influenciaram de maneira significativa à

área da Ciência da Informação por meio de seus estudos e argumentações em torno do documento: Paul Otlet, Suzanne Briet e Bernd Frohmann.

Por meio de uma revisão de literatura, este artigo procura demonstrar como o campo da Ciência da Informação foi fortemente influenciado por estes três teóricos que muito contribuíram para elucidar o conceito de documento, cada qual com seu ponto de vista. Os três autores possuem grande importância nos debates em torno do documento, o que permite que suas teorias sejam observadas em diversos trabalhos do campo da Ciência da Informação. A grande referência em torno do conceito de documento surge com Paul Otlet que pensou numa nova área do conhecimento, a Documentação, para gerar respostas universais ao problema da produção de documentos. Suzanne Briet ampliou o conceito de documento ao afirmar que quaisquer objetos, nesse ponto se incluem até mesmo seres vivos, poderiam ser documentos desde que fossem tratados como tal pelo contexto no qual se inseriam. Frohmann resgatou o conceito de documento que havia sido relegado ao segundo plano pelo conceito de informação chamando a atenção para práticas sociais existentes em torno do documento.

Não tendo a pretensão de apresentar um quadro expositivo dos autores do campo da Ciência da Informação que trabalharam com esses três teóricos, este artigo possui a limitação de indicar apenas um pequeno número de expressivos autores que pensaram na temática do documento e identificaram nela a contribuição de Paul Otlet, Suzanne Briet e Frohmann para suas pesquisas. Este artigo limita-se a apresentar as visões de diversos estudiosos do campo da Ciência da Informação em torno dos três documentalistas mencionados, sem interesse em defender nenhuma corrente de pensamento como sendo a mais certa e nem mesmo apresentar a criação de uma nova perspectiva em torno da questão.

2 Paul Otlet: definindo o documento

A construção de uma nova área do conhecimento que se mostrasse capaz de dar conta da organização e do acesso à informação contida em documentos não surgiu de forma espontânea e nem foi obra do acaso. Antes disso, todo um terreno já havia sido sedimentado por meio da chamada Bibliografia de quem a Documentação se torna herdeira direta. É possível ampliar as reflexões demonstrando que a Bibliografia foi um dos primeiros instrumentos de integração e mediação entre a produção de literatura científica e cultural dada a pequena rede de consumidores dessas produções durante a Idade Moderna. Balsamo (1984) afirma que a Bibliografia se apresentava como a atividade que recolhia e classificava sistematicamente o conjunto de dados relativos à produção, à conservação, à circulação e à utilização de escritos e de documentos de toda espécie. Dentro desta visão é possível

acrescentar que a Bibliografia preocupava-se em compilar repertórios para demonstrar como os mesmos podiam ser utilizados.

À Bibliografia cabia assistir na identificação e organização do material fonte, no entendimento de Vargas (2010) e seria o primeiro passo para a sistematização geral do que viria a ser chamado de processo documental. Muito embora os periódicos científicos tenham nascido dois séculos antes, foi no XIX que emergiu a necessidade de criar novas técnicas para a organização de seus conteúdos. O controle dos assuntos tratados nos artigos de periódicos científicos passou a representar um problema para as bibliotecas que ocupadas em satisfazer cada vez mais as necessidades dos usuários e de implementar sistemas de classificações voltavam-se mais para o suporte livro e não para artigos de periódicos que constituíam cada um, uma unidade bibliográfica. As bibliotecas públicas não tinham recursos e nem pessoal capacitado para tal trabalho, além do mais passavam a assumir um papel altamente social de agências educativas. Era um período não propício à organização de um serviço de catalogação centralizada que devia ser alimentado e compartilhado pelas mais diversas estruturas bibliotecárias.

Com o advento do século XIX, os artigos científicos se converteram em instrumento primordial de comunicação científica. Cada vez mais os cientistas tornavam-se reféns da necessidade de conseguirem informação de forma rápida sobre o que saía publicado e não mais, simplesmente, bibliografias de referência sobre as publicações existentes (ALBERANI; POLTRONIERI, 2003).

A evolução da Documentação por meio da Bibliografia ocorreu em etapas sucessivas bem delimitadas pelo avanço científico até o momento em que a Bibliografia se tornou imersa em princípios documentários. Coube a Paul Otlet e Henri La Fontaine o mérito de materializarem uma série de medidas que foram dando forma à Documentação como atividade científica. No ano de 1894, Otlet e La Fontaine entraram em contato com a Classificação Decimal de Dewey, o que abriu possibilidades para a elaboração de um repositório bibliográfico universal. No ano seguinte, na cidade de Bruxelas, ambos resolveram dar um passo mais arrojado em direção ao avanço da Documentação quando decidiram pela fundação do Instituto Internacional de Bibliografia, muito embora a denominação de Bibliografia ainda configurasse na denominação da nova instituição. Somente em 1931, o nome Documentação passaria a ser adotado gerando uma nova denominação – Instituto Internacional de Documentação. Tornava-se notório que a Documentação havia adquirido prestígio por meio de seus profissionais, os documentalistas que neste momento já mostravam características distintas em relação aos bibliógrafos e aos bibliotecários.

Afirma Ortega (2004) que até final do século XIX, a Biblioteconomia e a Documentação eram disciplinas idênticas. A Documentação visava o acesso à informação nos mais diversos suportes documentais e em diferentes centros de informação como bibliotecas, arquivos e museus. Nesta perspectiva, a Documentação se apresentava muito mais ampla que a Biblioteconomia que se limitava à organização e ao acesso de acervos de bibliotecas. A criação do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) visando gerenciar o Repertório Bibliográfico Universal (RBU) representou o caminho para a institucionalização da Documentação. De fato, a missão a que se propuseram Otlet e La Fontaine girou em torno da institucionalização de procedimentos capazes de resolver de modo global, ao menos esta era a intenção original, problemas em torno da organização e do acesso às fontes documentárias. Missão que também se propunha Otlet ao sustentar uma definição mais universal para os documentos, bem como criar um sistema de classificação universal capaz de dar conta de uma organização sistemática de temáticas diversas.

Percebe-se que as propostas de Paul Otlet emergem com intentos bastantes pragmáticos, haja vista seu caráter técnico-científico em busca de uma utilidade específica em torno de fontes de informações estatísticas, numéricas, financeiras, entre outras tantas. De acordo com Fayet-Scribe (2001), foi no ano de 1903 que Paul Otlet começou a utilizar o termo Documentação por meio do artigo *Les sciences bibliographiques et la documentation*. A partir de 1934, com a publicação da obra *Traité de Documentation*, ocorreu um novo impulso para o campo da Documentação, uma vez que Paul Otlet ao utilizar-se de vários nomes para designar a Documentação – Documentologia, Bibliologia e Ciências Bibliográficas –, o faz com o intuito de demonstrar como as noções de Bibliografia e de Biblioteconomia, neste momento, começavam a se manifestar como campos distintos de uma ciência que se preocuparia com os documentos de forma mais significativa.

O belga Paul Otlet foi um grande visionário que depositava toda a sua fé no progresso por meio do desenvolvimento científico que ele entendia como o grande instrumento capaz de ser colocado a serviço da humanidade para que o bem comum fosse alcançado. A Documentação seria a ciência capaz de garantir o acesso à informação e ao conhecimento. Motivado pelas tendências filosóficas de sua época, Otlet foi capaz de desenvolver um olhar acurado para compreender que o campo da organização e do acesso ao grande volume documental necessitava passar por inovações. Todavia, é mister denotar a sensibilidade de seu olhar para conceber os aspectos críticos que cercavam a política e a sociedade europeia em direção ao um conflito de proporções mundiais (RANFA, 2013). De acordo com Day (1997), Paul Otlet foi o único teórico da informação que de fato acreditou que esta possui um valor incomensurável capaz de gerar justiça social para todos os povos do planeta.

Nas explicações de Juvêncio e Rodrigues (2016) afirmam que a construção do RBU representaria um desafio contínuo devido a exigência de uma constante atualização a que estaria submetido. De acordo com a explicação de Fayet-Scribe (2001), a criação o IIB representou a viga mestra para o deslanchar da Documentação. Paul Otlet e Henri La Fontaine sentiram a necessidade de criarem uma nova classificação para ser utilizada no Repertório Bibliográfico Universal e assim, em 1904 foi lançado o primeiro volume da CDU, que vinha substituir a CDD. Sobre esta questão, esclarece Ortega (2004) que o rompimento com a CDD não ocorreu aleatoriamente, antes foi fruto de uma maturação que se concatenava perfeitamente com sua percepção política e sua sensibilidade frente aos desafios sociais.

3 O documento entra em cena

Refletir sobre o movimento da Documentação pensado por Paul Otlet na Europa do final do século XIX e início do XX nos fornece o instrumental necessário para tentar compreender a noção daquela que seria a sua pedra angular – o documento. Coube ao próprio pai do movimento documental iniciar a tarefa de demonstrar o que poderia ser definido como documento. Deveras, novas formas de suportes começavam a despontar ainda no século XIX frutos do nascimento de novas tecnologias, como a fotografia e as películas do cinematógrafo, que apontavam para novos caminhos que levariam à aquisição de informação em modernos meios materiais.

No entendimento Rabello (2011), o conceito de documento carrega consigo requisitos históricos que permitem ser objeto de análise no âmbito da história dos conceitos. Já em sua tese de doutorado apresentada em 2009, Rodrigo Rabello trouxe grandes contribuições para o campo da Ciência da Informação ao procurar mapear o conceito de documento para três áreas do conhecimento humano, nas quais esta temática é de fundamental relevância: a História, a Diplomática e a Ciência da Informação. O documento para a História se apresentava como elemento de prova e instrumento para a construção das narrativas históricas. A Diplomática se preocupou com o documento em torno da sua forma de produção e de reprodução, ou seja, de quais elementos deveria estar imbuído um documento para demonstrar que não representava uma farsa.

No âmbito da Ciência da Informação, o documento é entendido tanto dentro de uma perspectiva tradicional como dentro de uma perspectiva inovadora, que permitiu pensá-lo a partir de uma perspectiva social. Defende Rabello que esta perspectiva social se movimenta entre a relação dinâmica da tradição e da inovação, duas categorias que divergem, mas não se excluem porque são interdependentes. A ação de documentar, registrar um acontecimento por escrito num suporte, expressaria a tradição que daria forma a um documento como sinal

de veracidade. A Escola dos Annales, na década de 1930, fundada pelos historiadores franceses Marc Bloch e Lucien Febvre, iniciaria um movimento de crítica à concepção tradicional do documento. De acordo com Burke (1992), os documentos começaram a ser entendido pela Escola dos Annales como frutos de uma época, de um contexto social e cultural. Esta nova forma de compreender os documentos permitia entendê-los como portadores de ações subjetivas forjados por aqueles que os produziram por algum motivo específico. Ambas as perspectivas, tradição e inovação, são ferramentas para os teóricos da Ciência da Informação e o convívio de ambas, embora gere tensões teóricas, enriquecem a área, pois se congregam sem se excluírem.

A Ciência da Informação nasce preocupada em responder a uma problemática bastante específica: como tornar mais eficiente a recuperação de informação. Nesta concepção, o conteúdo dos documentos, ou seja, a informação torna-se mais valorizada. Tal quadro explica porque a informação ganhou autonomia frente ao documento. Freitas (2003) demonstra que a noção de documento na área da Ciência da Informação foi, por um longo período, relegada ao segundo plano, pois a informação, com todo o forte apelo criado em torno dessa, acabou se transformando no objeto de estudo por excelência dessa disciplina. Como aponta Frohmann (1995), tal situação direcionou o campo da Ciência da Informação a reificar a informação. O discurso da reificação ganhou autossuficiência, fazendo com que as análises do documento enquanto objeto formado num contexto sócio-cultural específico acabassem sendo entendidas como de menor importância.

Todavia, nas últimas décadas, a Ciência da Informação conseguiu ganhar muito com uma gama de pesquisadores que passaram a valorizar novas discussões tendo o documento como o foco de suas análises. Lund (2009) desenvolveu reflexões acerca da Teoria do Documento e para tanto se utilizou da literatura mais recente para discutir o papel do documento para a Ciência da Informação. Lund aponta que o documento pode ser visto por duas perspectivas: pela visão da materialidade, ou seja, como objeto material e pela visão do papel social numa comunidade. De acordo com Marcondes (2010), o documento deve ser entendido como um artefato sócio-técnico que permite viabilizar a intenção de seu criador em transferir mensagens através do tempo e do espaço. Foi graças aos documentos que as gerações conseguiram preservar o conhecimento, o que prova o potencial desses em expandirem a cultura de uma dada sociedade. Documentos são mediadores frente à função de transferirem informação, de gerarem ou não conhecimento. Marcondes, portanto, mostra-se partidário da visão que apresenta o documento como artefato sócio-técnico, no que tange à dimensão social do mesmo, o que auxilia a compreensão do papel do documento nas

sociedades. Assim, o documento é uma conquista tecnológica da humanidade que permitiu superar a fragilidade da memória e facilitou a transferência da informação às futuras gerações.

Falar de documento como artefato social é fazer referência a um conjunto de relações sociais, nas quais o mesmo se encontra imerso. Por exemplo, as escrituras de imóveis formalizam relações sociais, os artigos científicos formalizam troca de conhecimento e aceitação entre pares de uma determinada área, os documentos de identidade indicam que o cidadão é reconhecido em uma esfera administrativa. Documentos são avanços tecnológicos, ou melhor, são verdadeiras ferramentas que exteriorizam o conhecimento. As sociedades passaram a sentir necessidade de armazenar, preservar, transferir e recuperar a informação que se encontra registrada em documentos.

Na visão de Murguia (2010), o caráter verídico dos documentos deve ser buscado no contexto de criação dos mesmos e na forma como se tornaram institucionalizados. Documentos nascem dentro de determinados marcos que os configuram e determinam quais serão suas características. Documentos são, portanto, dispositivos sociais. Pensar a trajetória de reflexões em torno do documento é admitir que se obedeça a uma historicidade, o que vem a demonstrar que uma série de agenciamentos o transforma em fenômenos sociais. Documentos institucionalizados são forjados em meio a relações e jogos de poder que expressam definições sociais e culturais de um determinado grupo. Desta maneira, não é possível falar em documentos sem a devida consideração ao universo de produtores e ao contexto de produção que os originou.

Quanto ao aspecto do agenciamento, Souza e Murguia (2012) explicam que os documentos carregam consigo uma positividade que os torna portadores de verdades quando suas informações estão arregimentadas dentro de uma dada instituição. Os documentos possuem uma capacidade intrínseca de gerarem reações nas pessoas, de determinarem novas posturas. Defende Foucault (2002), que o poder precisa de uma verdade para funcionar e por isso necessita institucionalizar os seus registros para que exerçam agenciamento. À vista disso, os documentos cumprem o papel de dispositivos que carregam uma verdade com a função de agenciar institucionalmente. Os objetos são dispositivos que têm a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres humanos. Os documentos são, portanto, agenciamentos sociais fundamentados por campos de saberes. Deste modo, documentos, em especial os científicos, se propõem a ser a verdade, a descrever a verdade, carregam em si a lógica do saber-poder (MURGUIA, 2012). Um documento nunca é natural, ao contrário, é o fruto da ação de uma série de sujeitos que o produzem. Neles, os sujeitos envolvidos procuram traduzir verdades para que sejam estabilizadas, provando assim que os documentos são criados para o

exterior, ou melhor, para serem vistos por outros, para que dialoguem e sirvam como motivo de comprovação. Cada documento fala tanto de si como de seu contexto de produção e das condições que o produziram.

Em busca de uma compreensão maior do conceito de documento para a Ciência da Informação, Rabello (2011) procura demonstrar que este conceito passou por dois momentos – o primeiro que se atrela ao surgimento da Documentação como nova área do conhecimento e o segundo momento que se expressa com as inovações técnicas, científicas e sociológicas do pós-guerra. O primeiro momento expressa o período de transição entre a tradição e a inovação do conceito de documentação adotado por Paul Otlet em meio ao avançar do movimento da Documentação. O positivismo ainda imperava como inspirador da construção de novos saberes em benefício do progresso da humanidade. O conceito de documento encontrava-se atrelado à objetividade, ou seja, seria possível identificar nos objetos uma função informativa. Porém, reconhecia-se que havia um avanço no olhar de Paul Otlet, uma vez que diversos suportes passavam a ser apontados como portadores de informação e por tal recebiam o status de documentos.

Do mesmo modo em que há uma variedade de interpretações para o conceito de informação, Rayward (1996) atenta para o fato de que o conceito de documento também é repleto de ambigüidades. Partindo dessa premissa, relembra Rayward que os pesquisadores do campo da Ciência da Informação cada vez mais em seus estudos sobre documentos se remetem a Paul Otlet por reconhecerem no jurista belga o pioneiro em buscar uma maior precisão para o conceito de documento. Assim, coube a Paul Otlet iniciar a marcha pela ampliação do conceito de documento que poderia incluir tanto os impressos como imagens, gráficos e até objetos (RAYWARD, 1996, p.5-6). Em outro importante estudo, Rayward (1997) reafirma que a construção do termo documento, largamente utilizado pela Ciência da Informação, foi criado pelo movimento da Documentação pensado por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Para o autor

Primeiro, deve-se notar que o que é apresentado aqui como "documentação" vai além de definições aceitas atualmente. Essas tendem a ser restringidas historicamente a aspectos da biblioteconomia e a manipulação de informação científica e técnica. Otlet entendia "documentação" e "documento" de uma forma mais ampla do que foi entendido por aqueles chamados de "documentalistas" pouco antes e logo depois da Segunda Guerra Mundial (por exemplo, Farkas-Conn, 1990; Richards, 1988). O moderno movimento documentalista representa um interessante processo de estreitamento, direcionamento, e institucionalização precedente de ideias gerais, um processo que precisa de muito mais estudo antes que possa ser corretamente entendido. Nosso desafio é voltar às ideias originais de Otlet, para que possamos examinar algumas das suas implicações para a disciplina que se desdobrou ou para o

conjunto de disciplinas que hoje chamamos de “ciência da informação”.
(RAYWARD, 1997, p. 290, tradução nossa)

Outro importante teórico da Ciência da Informação que contribuiu bastante para exaltar Paul Otlet e seu trabalho com a Documentação, demonstrando que coube ao belga o pioneirismo de diversos conceitos utilizados pela área da Ciência da Informação, foi Michael Buckland. Em seu clássico *Information as thing* (1991), o conceituado autor demonstra que o termo documento utilizado pelos documentalistas no início do século XX ainda era muito genérico, o que acabava por denotar qualquer tipo de informação física em um suporte. Via-se neste termo a expressão da informação-como-coisa teorizada por Buckland, ou seja, aquela representada pelos textos, dados, documentos, objetos etc. sendo perfeitamente utilizada nos sistemas de armazenamento e de recuperação da informação.

A princípio Buckland (1991) afirma que o termo informação é carregado de ambivalências geradas pelos mais diversos teóricos do assunto, por conseguinte, visando regulamentar os debates sobre o conceito de informação, apresentou três tipos de significado para informação: informação como processo; informação como conhecimento e informação-como-coisa. Imbuído de pressupostos pragmáticos, Buckland desejava destruir qualquer vestígio de imprecisão em torno do termo informação, todavia teve o mérito de compreender que os profissionais da informação trabalhavam a informação como sendo coisa, ou melhor, como sendo um objeto. Em síntese: a Ciência da Informação trabalhava o seu principal objeto de estudo de uma forma bastante formal. Pautando-se neste entendimento, Buckland procurava teorizar sobre a informação demonstrando que era com a informação-como-coisa que os bibliotecários e os documentalistas labutavam, haja vista que é essa a informação que pode ser descrita e representada para ser colocada nos sistemas de recuperação da informação. O interesse pelo texto de Buckland torna-se imperioso para a área porque seu autor procurava com sua obra resolver a problemática do caos conceitual.

O texto de Burke (2007) certamente possui um valor estratégico para todos os que desejam ter uma visão do pano de fundo histórico da área da Ciência da Informação. Burke ganha o mérito de conseguir citar uma grande quantidade de autores – percebe-se que o norte-americano foi capaz de levantar uma extensa bibliografia sobre o assunto – que buscaram investigar a gênese da Ciência da Informação. A menção que Burke faz a Rayward e Buckland ajuda a reforçar a importância das pesquisas desenvolvidas por esses dois autores em torno do resgate do pioneirismo de Paul Otlet em sua luta por definir o termo documento numa visão mais ampla.

Entre as muitas versões de origens estão várias que enfatizam as raízes europeias e humanistas do campo e das suas instituições. Estas histórias colocam a Ciência da Informação de volta, pelo menos, para o início do

século XX, e não para 1950. Michael Buckland e Boyd Rayward destacaram as contribuições dos primeiros idealistas europeus, como Paul Otlet, cuja visão de uma biblioteca total era ancorada tanto nos ideais das ciências humanas como nas necessidades da expansão dos ramos da ciência e engenharia. (BURKE, 2007, p.20, tradução nossa)

Por meio de um exercício intelectual inusitado, Paul Otlet foi capaz de demonstrar que o conceito de documento como suporte para a informação superava em muito os limites dos livros e das demais publicações impressas. Em seu processo de formulação de um novo conceito, Otlet foi hábil em separar unidade física de unidade intelectual. De acordo com Rabello (2011), Paul Otlet ressignificou o conceito de documento, pois ampliava o termo para suportes não escritos. A concepção de “biblos” passava a ser reconhecida como o equivalente de livro/documento/*biblion* que servia para representar todo objeto com alguma propriedade informativa. Sem dúvida, essas novas reflexões demonstravam que a Documentação avançava para um patamar de elaborações mais significativas se comparada com a anterior Bibliografia, contudo este avanço ainda refletia a “persistência da noção de objetividade, atribuída ao documento” (RABELLO, 2011 p. 140). Tal situação servia como evidência de que a Documentação estava ainda baseada em pressupostos positivistas que auxiliavam a História a ver os documentos como portadores de objetividades a serem lidas pelos pesquisadores.

Nas palavras de Silva e Freire (2012), Paul Otlet em sua obra clássica *Traité de Documentation* desenvolveu sustentações ontológicas para a Ciência da Informação ao afirmar que o documento e a informação são fenômenos que precisavam ser representados. Afirmando os autores que a grande pretensão de Otlet e La Fontaine era promover uma nova identidade para a Documentação que se diferenciasse da Biblioteconomia, justamente pela valorização do documento como o intermediário do acesso à informação e como aquele que poderia ser organizado, difundido e acessado à medida que uma nova identidade foi sendo composta. Em sua primeira obra teórica, produzida entre 1891 e 1892 e intitulada *Un peu de bibliographie*, Paul Otlet começou a apontar o documento como suporte de informação, a seleção como pressuposto organizativo de reagrupamento homogêneo de documentos, o princípio monográfico, a elaboração funcional, a dimensão colaborativa e de fruição e, por fim, a finalidade mundial do serviço bibliográfico (BALDAZZI, 1996).

A teoria do Princípio Monográfico pode ser considerada uma importante contribuição de Paul Otlet, pois a grande proposição deste raciocínio expressava-se no fato de que enlaces de informação podiam ser registrados em grupos separados, ou melhor, o uso do termo ligava-se a uma peça única ou individual, ou uma unidade de escritura. A informação poderia ser encontrada nos documentos. Na visão de Saldanha (2013), Otlet já indicava em seu *Traité de*

Documentation, publicado em 1934, uma persistente preocupação pela elaboração de um conceito que se constituía de estratos políticos, culturais, sociais, institucionais e históricos.

4 Suzanne Briet: um novo olhar sobre o documento

O segundo momento indicado por Rabello (2011) emerge durante a década de 1950, é nele que se abre espaço para a hermenêutica. Percebe-se, nesta fase, a ampliação do conceito de documento pelas mãos de Suzanne Briet que passa da “tradição” para a “inovação” ao defender que nenhum documento é propriamente objetivo, ou seja, nasce com o status de documento por si só, esse aspecto valorativo somente vem a posteriori. A sua pequena obra *Qu'est-ce que la documentation* revolucionaria a Documentação e o conceito de documento para a área a partir de 1951. A documentalista francesa, inspirada pelo avançar de novas tecnologias que permitiam um novo olhar sobre a questão, conseguiu dar um salto além do ensaiado por Paul Otlet ao entender os documentos não mais como suportes ou formatos, mas como registro de conhecimento, como portadores de um “status de evidência. A partir da observação de certos critérios – materialidade, intencionalidade e organização – qualquer objeto poderia ser um documento desde que fosse abordado como tal (SIQUEIRA, 2010).

Referes-se Day (2001), a este segundo momento da Documentação inaugurado por Suzanne Briet, como uma progressiva superação da visão iluminista e universalista de Paul Otlet, por meio de uma nova observação que lançava um olhar mais atento para a produção do documento que deveria servir para atender aos anseios de corporações, governos e sociedades. Resumidamente, Ronald Day defende que os pensamentos de Paul Otlet se centravam na ideia de que o conhecimento gerado pelo auxílio dos documentos poderia ser favorável para criar a paz mundial, ao passo que para Suzanne Briet e seus seguidores, o documento passava a ser visto como um recurso não para a paz, mas para a produção científica e industrial.

O documento foi problematizado por Suzanne Briet como sendo uma base de conhecimento materialmente capaz de ser utilizada para a consulta, o estudo ou a prova. Objetos como uma estrela, uma pedra num rio gelado, um animal vivo, podem se tornar documentos por meio de procedimentos adequados de simbolização (quando as informações que comportam são representadas e organizadas) como as fotografias e catálogos de estrelas, pedras em um museu de mineralogia e catálogos de animais exibidos em um zoológico.

O registro de entrada num organismo de documentação é uma coisa, o catálogo é outra. A boa ordem exige que todo documento contenha seu número de entrada que lhe fica atribuído como um estado civil "ne varietur". E que de outro modo ele contenha uma referência ou código, em função de uma classificação material que permite reencontrá-lo. O catálogo topográfico segue passo a passo a classificação das estantes, nos armários,

nos classificadores. Os catálogos de autor e de título, os catálogos de assunto permitem responder às diversas questões dos usuários: existe tal obra? Sob o nome de um autor? Sob um título dado? Quais obras se poderia ler sobre tal assunto? Os catálogos alfabéticos são dispersos por catálogos sistemáticos, ou os documentos se grupam por afinidade cultural. Os catálogos, como as bibliografias, podem reunir numa mesma lista alfabética, numa mesma reunião sistemática diversas espécies de documentos: livros, manuscritos, medalhas, cartas geográficas, estampas, fotografias, objetos. Existem catálogos de pedras megalíticas, de espectros de estrelas, de documentos epigráficos. A documentografia constitui a enumeração e a descrição dos diversos documentos. (BRIET, 1970, p.23)

Suzanne Briet havia ampliado o termo documento, herdado de Paul Otlet, atribuindo a este a conceitualização de um signo indicial concreto ou simbólico passível de representação. Murguía (2010) analisa que Suzanne Briet passou por dois momentos em sua engenharia pela edificação do conceito de documento. No início, Suzanne Briet tratava os documentos como estruturas físicas e abstratas fixadas materialmente com a finalidade de consulta, estudo e prova. Em um segundo momento, a francesa ampliou sua visão e passou a entender os documentos por abstrações – indícios concretos ou simbólicos – conservados ou registrados com a finalidade de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual. Ainda nas ponderações de Murguía (2010), Briet lidava com a ideia de estabilidade que permite a observação dos objetos. O exemplo da estrela auxilia bem a compreender o pensamento da documentalista francesa, haja vista que uma rocha e um antílope, respectivamente, colocados num museu e num zoológico são documentos, mas uma estrela no céu não é um documento, apenas o será quando estabilizada por uma fotografia. Os locais de saberes (as instituições) citados por Briet são responsáveis por oferecerem status aos objetos para que se transformem em documentos. Atenta Murguía (2010) que, com esta reflexão singular, a documentalista francesa relacionava seu pensamento com os estudos mais modernos sobre institucionalização. De fato, as instituições são os locais onde os documentos nelas custodiados se relacionam com os valores, com os usos e com uma série de apropriações que se estabelecem em torno deles por conta dos valores acoplados para a construção de uma verdade.

Na visão de González de Gómez (2011), Suzanne Briet defendia que os documentalistas deveriam construir novos documentos a partir de documentos primários. Os chamados documentos secundários representariam o verdadeiro centro da força, da inovação, da prática documentária e expressariam a fonte direta de trabalho dos documentalistas, ou melhor, representariam a construção discursiva documentária, sendo fruto de ações sociais e culturais. Suzanne Briet defendia que por meio de redes múltiplas de documentação, que seguiriam a lógica da padronização, seria possível acelerar o acesso à cultura letrada e à

produção científica, colocando-se, desse modo, contra o antigo sonho de Paul Otlet de construção de um centro único, um local físico, capaz de reunir as referências documentárias produzidas nos quatro cantos do mundo.

5 Frohmann: o resgate do documento

Bernd Frohmann, importante teórico do campo da Ciência da Informação, se tornou reconhecido na área por debater o caráter social que envolve a informação. Saldanha (2013) considera Frohmann como o expoente do chamando neodocumentalismo por apresentar um novo posicionamento em torno de um ponto de inflexão simbólico na reconstrução do conceito de documento. Saldanha (2013) atribui a Frohmann o mérito de ter conferido aos estudos do documento uma nova importância que tinha sido relegada ao segundo plano por conta da informação. De fato, Frohmann demonstra com suas reflexões que é possível pensar o documento para muito além da materialidade consagrada por Paul Otlet e por Suzanne Briet, haja vista que começa a refletir sobre o caráter fundamentalmente simbólico do documento. Por intermédio dos escritos de Paul Otlet e Suzanne Briet, Frohmann pôde desenvolver sua teoria baseada no conceito de "documentalidade" que expressaria a capacidade e o poder dos documentos em seus arranjos com outros elementos de rede. Frohmann critica as visões ingênuas que ainda insistem em abordar o documento como um mero condutor de informação. Para Frohmann, existe uma prioridade ontológica na questão do documento em relação à questão da informação, além de defender que a materialidade do documento nada mais é do que uma grossa e viscosa camada de elementos simbólicos em permanente e constante transformação por contingências histórico-sociais e remodelações culturais (FROHMANN, 2008, 2009).

Frohmann (2008) argumenta que a Ciência da Informação, ao reificar a informação colocando-a como essência autônoma, acabou por não permitir que o documento, como artefato sócio-técnico, recebesse a devida atenção da qual era merecedor. Reconhecer o documento como materialidade abre oportunidade para que se compreenda de uma forma mais ampla o caráter social da informação. Reconhecer o documento como materialidade da informação permite ao pesquisador refletir sobre os campos de forças (institucional, tecnológico, político e cultural) que modulam a informação na atualidade. Os documentos devem ser entendidos como entidades que se encontram inseridos em redes sociais, pois deles, as sociedades modernas necessitam para coordenar e justificar suas realizações. De acordo com Ortega e Lara (2010), Foucault é o teórico por excelência utilizado por Frohmann, pelo fato do filósofo francês demonstrar que a análise do discurso se liga aos estudos da

materialidade da informação, indicando que os documentos teriam um papel mais relevante do que a comunicação da informação.

Na interpretação de Freitas (2003), Frohmann conseguiu o mérito de deslocar o foco do questionamento – o que é informação? – para – como é gerada a impressão da informação? – demonstrando que há no documento uma dupla materialidade que se expressa tanto em seu engajamento institucional quanto na combinação entre enunciação de práticas sociais e públicas. Assim, o que estaria em questão não seria saber o que é a informação, mas antes quais seriam os efeitos gerados pela informação em uma dada sociedade. Os documentos para Frohmann (2008) expressariam um tipo específico de regime de informação, na qual a discursividade presente na documentação estaria diretamente associada à materialidade da informação, ou seja, o documento nomeia a materialidade da informação e por meio desta nomeação é possível captar os aspectos sociais e públicos da informação. Para Frohmann (2012), as práticas documentárias se expressariam por meio de quatro características fundamentais: a materialidade, o pertencimento institucional, o modo socialmente disciplinado e a historicidade. Por meio dessas quatro características seria possível localizar os documentos no tempo e no espaço, além de permitir o mapeamento das redes de relações compostas por interesses variados.

As contribuições de Frohmann para a Ciência da Informação auxiliaram a trazer uma nova perspectiva em torno dos estudos acerca do documento. Para Frohmann (2009d), o contexto de construção do conceito é muito mais importante do que procurar compreender o próprio conceito. Neste ponto o autor fazia uma alusão à informação como objeto realizando uma releitura do conceito de informação-como-coisa, pois, mais importante do que compreender o documento em si é conseguir captar o contexto em que este foi elaborado. Há uma série de práticas documentárias que permitiram que os documentos fossem dotados de informatividade. Seriam as práticas documentárias as responsáveis pela construção de sistemas de verdades. Os documentos refletiriam, assim, as práticas sociais, os jogos de poder, e por isso merecem ser observados de uma forma crítica e não naturalizada.

A grande questão exposta pelos neodocumentalistas é definir quem dá evidência ao documento. Os neodocumentalistas procuram observar as práticas em torno do documento. Como salienta Freitas (2003), seria simplório demais acreditar que a informação é um ente que flutua acima da sociedade, ou seja, o que deve ser compreendido pela Ciência da Informação é o fato do documento a ser recuperado é fruto de um autor, de uma época, de um processo de institucionalização e de uma série de relações que legitimam seu poder discursivo. Em Paul Otlet e Suzanne Briet ainda não havia toda uma preocupação com o entendimento do entorno social que forjava o documento, percebia-se, ainda, uma fixação de sentido nos documentos.

Os neodocumentalistas, por seu turno, percebem relações de poder nos documentos e sabem que os sentidos são interpretações.

6 Considerações Finais

Tendo em vista a complexidade da temática, em parte devido a uma série de visões construídas em torno do conceito de documento, o presente texto procurou demonstrar que para a área da Ciência da Informação dois autores clássicos, Paul Otlet e Suzanne Briet, e um autor contemporâneo, Frohmann, são possuidores de autoridade em torno do assunto. Os apontamentos desses três teóricos sobre o documento ressoam com grande visibilidade dentro do campo da Ciência da Informação e suas reflexões se fazem presentes nos estudos de vários pesquisadores.

Paul Otlet, por formular o conceito de documento, Suzanne Briet por ampliar esse mesmo conceito e Frohmann por ter dado um direcionamento mais crítico a este objeto de estudo, mereceram o reconhecimento dentro da Ciência da Informação. Enquanto Paul Otlet e Suzanne Briet se preocuparam em traçar os limites que definiam o que seria um documento, Frohmann, por sua vez, se empenhou em demonstrar como o contexto de produção é determinante para se compreender a informatividade que os documentos carregam.

Os estudos dos três teóricos trouxeram grandes contribuições à área da Ciência da Informação, pois serviram de suporte para que inúmeras pesquisas fossem elaboradas em torno da importância do documento e permitiram que os profissionais da informação desenvolvessem reflexões em torno de suas práticas cotidianas de trabalho. Se por um lado, os estudos que se baseiam em Paul e Otlet e Suzanne Briet representam um suporte para se compreender a melhor forma de se trabalhar com os documentos, pelo outro, os estudos inspirados em Frohmann demonstram que os documentos encerram campos de disputa compostos por discursos de poder que podem influenciar as relações sociais. São válidos todos os esforços que buscam unificar as pesquisas em torno das teorias de Paul Otlet e Suzanne Briet com a teoria levantada por Frohmann com o intuito de responder novas problemáticas nascidas em torno da organização e da recuperação da informação.

Referências

ALBERANI, Vilma; POLTRONIERI, Elisabetta. La Documentazione: rispetto alle altre discipline dell'informazione. **AIB Studi**: Roma, v. 21, n. 3, p. 19-45, luglio/settembre 2003.

BALDAZZI, Anna. Le radici storiche della documentazione in Europa. PACI, Maria Augusta. In: **La documentazione in Italia. Scritti in occasione del Centenario della FID**. Milano: Franco Angeli,

1996. p. 44-73.

BALSAMO, Luigi. **La bibliografía. Storia de una tradizione**. Firenze: Sansoni Editori, 1984.

BRIET, Suzanne. **O que é documentação**. Trad. Maria Nazareth Fendt. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 1970.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BURKE, Colin. History of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**, v. 41, p. 3-53, 2007.

DAY, Ronald E. Paul Otlet's book and the writing of social space. **Journal of American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 310-317, 1997.

DAY, Ronald E. Totality and representation: a history of knowledge management through European documentation, critical modernity, and post-Fordism. **Journal of American Society for Information Science**, v. 52, n. 9, p. 724-735, 2001. Disponível em: <<http://www.lisp.wayne.edu/~i2398/kmasis.htm>>. Acesso em: 23 set. 2016.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. **Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937**. Paris: CNRS Editions, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2003.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de (Orgs.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p.13-36.

FROHMANN, Bernd. A Documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, p. 219-240, 2009.

FROHMANN, Bernd. Revisiting "what is a document?" **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995, Edmonton. **Electronic proceedings...** 14 p. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>. Acesso em: 23 set. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. A documentação e o neodocumentalismo. In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (Org.). **Ciência da informação e documentação**. Campinas: Alínea, 2011. Cap. 2. p. 23-36.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A documentação no Brasil: primórdios de sua inserção no país (1895-1920). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 271-284, jan./jun. 2016.

LÓPEZ YEPES, José. Características de la Documentación y su reflejo en la formación de los profesionales e investigadores de la disciplina. In: CONGRESO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS DE PORTUGAL, 8., 2004, Estoril. **Actas...** Estoril: BAD, 2004.

LUND, Niels Windfeld. Document theory. **Annual review of information science and technology**, n. 43, p. 399-432, 2009.

MARCONDES, Carlos Henrique. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 2-21, maio/ago. 2010.

MURGUIA, Eduardo. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. V. 1, p. 123-140.

MURGUIA, Eduardo. A discursividade da Ciência e da História na formação da Ciência da Informação. In: MURGUIA, Eduardo; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca (Org.). **Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: identidades, contrastes e perspectivas de introdução**. Niterói: Editora UFF, 2012. p. 41-72.

OTLET, Paul. **Le traité de Documentation: le livre sur le livre; théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, Palais Mondial, 1934. 431p. Disponível em: < http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out., 2004.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, abril 2010.

RABELLO, Rodrigo. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Encontros Bibli: Florianópolis**, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=137497>. Acesso em: 20 set. 2016.

RANFA, Elena. Paul Otlet: una vita per la documentazione. **AIB Studi**, Roma, v. 53, n. 1, p. 45-62, gennaio/aprile, 2013.

RAYWARD, William Boyd. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

RAYWARD, William Boyd. The history and historiography of information Science: some reflections. **Information Processing & Management**, v. 32, n. 1, p. 3-17, 1996.

SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2013.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, jan./abr., 2012.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, *Belo Horizonte*, v. 15, n.3, p. 52-66, set./dez 2010.

SOUZA, Bianca Gonçalves de; MURGUIA, Eduardo Ismael. Documentação de fé: reflexões sobre ex-votos e a sala das promessas do santuário nacional de aparecida. **Tendências Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, 2012.

TORRES VARGAS, Georgina Araceli. **El acceso universal a la información**: del modelo librario al digital. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2010. 119 p.

Recebido/Recibido/Received: 2016-04-06

Aceitado/Aceptado/Accepted: 2017-05-04